

Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial

Perspectives of accountants in relation the implementation of the eSocial

RESUMO

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) refere-se à escrituração digital da folha de pagamento e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas a todo e qualquer vínculo trabalhista, sendo classificado como o maior e mais complexo projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). O objetivo deste estudo foi analisar as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. Quanto à abordagem, utilizou-se a metodologia quantitativa, a descritiva para o objetivo, e pesquisa de levantamento quanto aos procedimentos. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário que foi validado por três professores da área, com dezessete questões fechadas, baseado nos autores Abrantes (2014) e Volpatto (2014). A população desta pesquisa foi de 5.345 contadores registrados no Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC/SC), resultando em uma amostra de 251 respondentes. Os principais resultados apontaram que os profissionais demonstraram conhecimento em relação ao eSocial, no entanto, não estão preparados para esta nova obrigação e pretendem investir em capacitação, tecnologia da informação e consultorias. Além disto, os profissionais acreditam que, com a implantação do eSocial, haverá uma pequena redução da burocracia e um grande aumento do cumprimento dos direitos trabalhistas. Por fim, as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial não são positivas, uma vez que, como os próprios respondentes afirmaram, não estão preparados para esta mudança. E ainda, a maioria dos contadores acredita que o maior beneficiado com a implantação do eSocial será o governo.

Palavras-Chave: Perspectivas. Contadores. eSocial.

ABSTRACT

The eSocial is the digital bookkeeping of payroll and the labor, social security and tax obligations related to any and all employed relationship, being classified as the largest and most complex project of the Public Digital Bookkeeping System (SPED). The objective of this study was to analyze the perspectives of accountants in relation to the implementation of the eSocial. It was used as quantitative methodology for the approach, descriptive for the objective and survey of the procedures. As a data collection instrument, a questionnaire was used and validated by three teachers of the area, with seventeen closed questions, based on the authors Abrantes (2014) and Volpatto (2014). The population of this research was 5,345 accountants registered in the Regional Council of Accounting of Santa Catarina (CRC/SC), resulting in a sample of 251 respondents. The main results pointed out that the professionals showed knowledge regarding eSocial, however are not prepared for this new obligation and intend to invest in training, information technology and consultancies. In addition, professionals believe that with the implementation of the eSocial, there will be a small reduction of bureaucracy and a great increase in compliance with labor rights. Finally, the perspectives of the accountants in relation to the implementation of eSocial are not positive, once as the own respondents stated, they are not prepared for this change. In addition, most accountants believe that the biggest beneficiary with the implementation of eSocial will be the government.

Keywords: Perspectives. Accountants. eSocial.

Lucimara da Silva de Oliveira

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Contato: Rua João Coan, 400, Universitário, Biguaçu, SC, CEP 88.161-064. E-mail: lucimara.silva.tj@gmail.com.

Tayana Pereira Santana

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Contato: Rua João Coan, 400, Universitário, Biguaçu, SC, CEP 88.161-064 E-mail: tayanapereirasantana@outlook.com.

Zilton Bartolomeu Martins

Mestre em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Especialista em Gerência Contábil, Perícia, Auditoria e Controladoria pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Contato: Rua João Coan, 400, Universitário, Biguaçu, SC, CEP. 88.161-064 E-mail: ziltonmartins@univali.br.

1 INTRODUÇÃO

É notório que a contabilidade está passando por constantes mudanças para atender as necessidades de seus usuários e acompanhar as inovações e os avanços tecnológicos. Decorrente disto, surgiu a necessidade da padronização das informações, passando-as da forma impressa para a digital (RUSCHEL; FREZZA; UTZIG, 2011).

Os autores supracitados ainda relatam que surgiu a preocupação por parte do fisco de realizar um controle maior e de forma segura das informações geradas pelas organizações diminuindo a probabilidade de sonegações. As empresas, ao adquirirem *softwares* adequados e capazes de suprir todas as exigências impostas, conseqüentemente tornam as informações úteis para a tomada de decisão.

Para atender a esta necessidade, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal do Brasil, por meio do Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, alterado pelo Decreto n.º 7.979 de 08 de abril de 2013, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), revolucionou o sistema tributário nacional, obrigando todas as empresas a se adaptarem às novas regras de fiscalização implantadas pelo fisco. O SPED é dividido em quatro módulos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), sendo, assim, a principal ferramenta de controle e fiscalização das informações prestadas pelas organizações empresariais (ABRANTES, 2014).

Com base nesta estrutura, surgiu o eSocial, que tem por objetivo a consolidação das obrigações acessórias da área trabalhista em uma única entrega. Este projeto é uma ação conjunta dos seguintes órgãos e entidades do governo federal: Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Receita Federal do Brasil (RFB) (DUARTE, 2013).

Mesmo o eSocial sendo algo inovador e útil, para atender as exigências desta nova sistemática, estas alternativas geram modificações significativas no que se refere à capacidade profissional, no preparo e na revisão de processos contábeis e administrativos no âmbito trabalhista e previdenciário e, conseqüentemente, a implantação destes sistemas está trazendo desafios, principalmente para os profissionais da área contábil que estão envolvidos diretamente nessa mudança (BORGES; SOARES; MARTINS, 2013).

Diante deste novo cenário, motiva-se a fazer a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial? Para que esta pergunta possa ser respondida, formulou-se o seguinte objetivo: analisar as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial.

Como justificativa teórica, Cruz et al. (2013) identificaram os impactos sobre os profissionais de contabilidade e empresários de Iúna (ES), em relação ao SPED Pis/Cofins, e sugerem que em futuros estudos sejam pesquisados outros tipos de SPED, como eSocial, que é um assunto novo para as empresas. Além disto, Jordão et al. (2016) analisaram a percepção de empresários, contadores e órgãos fiscalizadores de Minas Gerais sobre a adoção do SPED e aconselham que se comparem as diferenças de percepção entre interessados de outros estados ou regiões, ou se realize um estudo nacional ou supranacional.

Silva et al. (2016) identificaram a realidade das empresas situadas no estado de Minas Gerais em relação ao nível de preparo destas para o cumprimento do eSocial e propõem a expansão e adequação da pesquisa a outros estados brasileiros. Por fim, Vellucci (2017) verificou se as mudanças advindas demandarão a necessidade de novas rotinas na área de administração de pessoal, por meio da verificação da adaptabilidade ao eSocial, dos fatores críticos e do envolvimento da direção com a implantação deste projeto pelas organizações e recomendam ampliar o número de respondentes dos instrumentos de sua pesquisa.

O presente estudo se justifica empiricamente, por se tratar de assunto recente na contabilidade e em discussão em nível nacional, pois o profissional da área contábil terá uma grande responsabilidade e mudanças na etapa de coleta e de envio de informações trabalhistas, simplificando as obrigações a serem entregues. Além disto, este é um tema de comum interesse para profissionais contábeis, empresas e também para o Poder Público.

Esta pesquisa está apresentada em mais quatro seções para além desta introdução. A seção dois traz o referencial teórico sobre o tema, sendo seguida pela seção três, que traz os procedimentos metodológicos utilizados na construção do artigo. A seção quatro apresenta a análise dos resultados obtidos, e a seção cinco encerra o artigo, trazendo as considerações finais deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo é dividido em evolução da contabilidade, que abordará a ciência de sua origem até os dias atuais; Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que definirá quais subprojetos são classificados neste projeto; o eSocial, que apresentará o que é e o início de sua vigência; e a profissão contábil após o surgimento do SPED, que mostrará toda a sua evolução.

2.1 Evolução da Contabilidade

De acordo com Martins (2001), a contabilidade se faz presente junto à sociedade há muitos anos antes de Cristo. O seu desenvolvimento acompanha a evolução da civilização, cujo crescimento e progresso da humanidade faz com que se torne cada vez mais eficiente e fiel ao que se propõe.

Por outro lado, Lizote e Mariot (2012) consideram que a contabilidade no Brasil teve início na época colonial, representada pela evolução da sociedade e das alfândegas que surgiram no ano de 1530, com influência portuguesa.

Porém, foi só em 1808, com a chegada da família real do reinado de Dom João I, que ocorreu um desenvolvimento socioeconômico na colônia. Foram criados os portos, onde se passou a comercializar diversos produtos, fundado o Banco do Brasil e, conseqüentemente, iniciou-se a emissão do papel-moeda.

Com o aumento dos negócios, surgiu a necessidade de que as escriturações das contas fossem feitas somente por pessoas que tivessem estudado aula de comércio. O ensino comercial levou quase 100 (cem) anos para se estruturar, e só em 1902, depois do movimento dos guarda-livros, foi fundada a escola de prática de comércio, formando profissionais com excelência no ensino (LIZOTE; MARIOT, 2012).

Com relação ao profissional contábil, Reis e Silva (2007) argumentam que antigamente o mercado de trabalho não exigia dos profissionais da área de Contabilidade o ensino superior, por isso, a figura do técnico em contabilidade supria as necessidades deste mercado. Os autores supracitados versam ainda que, diante das expectativas em torno do crescimento do profissional contábil, pode-se verificar que este vem buscando a evolução e amadurecimento para atender e acompanhar o mercado.

Com o decorrer da evolução da escrita manual para a utilização de máquina de escrever (datilografia) e posteriormente o uso de computadores, que começaram a ser difundidos por volta de 1980, juntamente com sistemas informatizados que unem as diversas áreas de uma empresa, bem como geram os mais diversos relatórios, a internet influenciou de tal maneira pessoas e empresas, que criou um novo mercado de atuação para os profissionais das mais diversas áreas incluindo a contábil (SASSO; ROSA; BARBOSA, 2011).

O Decreto-Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946, criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais com as obrigações de fiscalizar e regular a profissão contábil. Foi definido que os contadores seriam graduados em cursos de Ciências Contábeis e técnicos em contabilidade no nível médio. Já em 1981, o Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), dividindo-as em normas Brasileiras de Contabilidade-Técnicas (NBC-Ts) e Normas Brasileiras de Contabilidade-Profissionais (NBC-Ps) (LIZOTE; MARIOT, 2012).

Conforme Bugarim e Oliveira (2014), em junho de 2010, foi sancionada a Lei nº. 12.249, que alterou diversos dispositivos do Decreto-Lei nº. 9.295/1946, regulador da profissão contábil. Entre as mudanças introduzidas pelo novo diploma legal, destacou-se aquela que autoriza o Conselho Federal de Contabilidade a regular acerca dos princípios contábeis, do exame de suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como a editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

2.2 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Com a evolução do cenário mundial, a contabilidade vem passando por várias mudanças e com isso surge a necessidade da padronização dos sistemas tributários, para que, desta forma, o fisco possa obter um melhor gerenciamento de seus sistemas (ABRANTES, 2014).

Com estas mudanças, houve a necessidade de implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o qual faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. Este projeto consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a sua validade jurídica apenas na sua forma digital (BARP; VIEIRA; MARTINS, 2014).

Nesse sentido, Oliveira e Ávila (2016) reiteram que o SPED pode ser definido como uma ferramenta do governo federal que inova a relação entre o fisco e o contribuinte, pois unifica as atividades de envio de informação para as autarquias. Sua demanda vem sendo observada por todos como um meio de impedir a sonegação fiscal e inibir as relações da ilegalidade na arrecadação tributária do cenário empresarial, obrigando dessa maneira as empresas a se estruturarem econômica e financeiramente, provocando uma estabilidade patrimonial com vistas ao retorno tributário arrecadado pelo ente federativo. Desta forma, como foco principal, existe a geração de renda e promoção do bem-estar da sociedade (COSTA et al., 2010).

Cardoso (2016) afirma que o sistema SPED foi iniciado com três subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), porém, se ampliou para outros projetos: Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e), Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (e-LALUR), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT), EFD-Contribuições e eSocial (Escrituração Fiscal da Folha de Pagamento e das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais).

2.3 eSOCIAL

O eSocial é a escrituração digital da folha de pagamento e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas a todo e qualquer vínculo empregatício. É o maior e mais complexo projeto do SPED, sendo planejado de forma conjunta por diversos órgãos e instituições, como a Receita Federal do Brasil (RFB), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Ministério da Previdência Social (MPS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (REICHERT, 2015; SILVA et al., 2016).

O projeto foi embasado legalmente no SPED, criado por meio do Decreto de nº. 6.022 de 22 de janeiro de 2007, e aprovado a partir do Ato Declaratório Executivo nº. 5, de 17 de julho de 2013. Ao traçar algumas diretrizes, a Receita Federal do Brasil e a Caixa Econômica Federal definem vários pontos para este projeto, incluindo a criação do Comitê

Diretivo e do Comitê Gestor do eSocial (RIBEIRO, 2015).

Desta forma, o autor supracitado ressalta que a Circular nº. 657/2014 da Caixa Econômica Federal, publicada pelo Diário Oficial da União em 5 de junho de 2014, que trata do Projeto Social, aparece para enaltecer a escrituração digital no que tange aos dados da folha de pagamento, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas a todos os empregados, empregadores e contratações de serviços em território nacional. Destaca-se não só como uma escrituração digital da folha de pagamento, mas também como um grandioso e complexo projeto que envolve Receita Federal, Ministério do Trabalho, INSS e a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de unificar a transmissão das informações acessórias da área trabalhista para os diferentes órgãos do governo, usuários das informações.

Neste contexto, Vassoler (2015) enfatiza que, em 11 de dezembro de 2014, foi publicado o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), instituído pelo Decreto nº. 8.373 de 2014, sendo esta a legislação que irá prevalecer para a versão do eSocial em que será necessário seguir suas normas e princípios para o envio dos dados. Também foi esclarecido sobre as normas que serão seguidas no Manual do eSocial, explanando os órgãos envolvidos, aspectos legais e alguns detalhes sobre o funcionamento do eSocial.

Diante dos fatos, Araújo (2016) destaca o cronograma para obrigatoriedade de início do envio da obrigação acessória, conforme segue no Quadro 1.

Quadro 1: Cronograma do eSocial

Empregador com faturamento no ano-calendário de 2016 acima de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais)	
A partir da competência de janeiro de 2018	Obrigatoriedade de prestação de informações por meio do eSocial.
A partir da competência de julho de 2018	Obrigatoriedade da prestação de informação referente à tabela de ambientes de trabalho, comunicação de acidente de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e condições ambientais do trabalho.

A transmissão dos eventos para os demais obrigados ao eSocial	
A partir da competência de julho de 2018	Obrigatoriedade de prestação de informação por meio do eSocial.
A partir da competência de janeiro de 2019	Obrigatoriedade da prestação de informação referente à tabela de ambientes de trabalho, comunicação de acidente de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e condições ambientais do trabalho.

Fonte: Adaptado de Araújo (2016)

O Quadro 1 apresenta o cronograma para envio do eSocial que terá início em janeiro de 2018 para os empregadores com faturamento superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) no ano-calendário de 2016, e estende-se à competência julho de 2018, que abrange a obrigação a todos os empregadores (ARAÚJO, 2016).

O autor citado salienta que entre as principais mudanças destaca-se o Registro de Empregados, que passará a ser realizado no portal do eSocial, registro da folha de pagamento mensal, que deverá ser providenciado até o segundo mês subsequente ao cálculo, além do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que será extinto, pois as informações passarão automaticamente para o órgão responsável.

A seguir, o Quadro 2 apresenta as principais declarações e obrigações que serão unificadas a partir da utilização do eSocial.

Quadro 2: Panorama atual das principais obrigações do Departamento Pessoal

Obrigações	Finalidades
SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social	Consolidar os dados cadastrais e financeiros dos contribuintes e trabalhadores para repassar ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social.
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	Registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Obrigações	Finalidades
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais	Relação Anual de Informações Sociais, que objetiva, entre outras funções, o controle dos registros do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; dos Sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial Programa de Integração Social – PIS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.
DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte	Declarar as retenções de imposto de renda na fonte, inclusive nas relações de trabalho.

Fonte: Araújo (2016)

Conforme o Quadro 2, a prestação das informações tende a ser integrada em um único sistema, o que facilita a fiscalização, cruzamento e acesso às informações por parte dos entes fiscalizadores. Quanto às empresas, as declarações acima evidenciadas deixam de ser entregues por meio de *softwares* distintos, padronizando-se conforme o *layout* do eSocial. Neste contexto, Cordeiro (2012) enfatiza que o eSocial representa mais um importante passo no projeto digital de escrituração das empresas, podendo esta ser uma oportunidade de melhoria para os processos e controles internos das organizações.

2.4 A Profissão Contábil após o Surgimento do SPED

O SPED causou muitas mudanças que impactam principalmente a profissão contábil, diante da informação em tempo real. Nesse sentido, Sasso, Rosa e Barbosa (2011) ressaltam que o SPED trouxe impacto nas diversas áreas tecnológicas das atividades contábeis envolvidas. Entre os benefícios, destacam-se as demonstrações contábeis reais e integras, redução dos custos com a emissão e o armazenamento dos documentos em papel, e o aperfeiçoamento dos serviços de Escrituração.

O Fisco implantou o SPED com o propósito de aprimorar os controles das movimentações contábeis e fiscais de seus contribuintes, aumentando, assim, a fiscalização, e consequentemente coibindo a sonegação fiscal (SOUZA, 2013). Para Cardoso (2012), o SPED facilitou a vida do contador que, diante da informatização, consegue aproximar o contribuinte do fisco, e ao simplificar as obrigações acessórias, transferindo o manual para o digital de documentos fiscais tradicionais. Toda a movimentação é gerada por sistemas informatizados e integrados pela empresa, reduzindo sensivelmente o índice de erros com a escrituração das notas fiscais de forma manual, assim como o tempo despendido com a digitação e conferência dos documentos (PIRES, 2010).

Mais especificamente, a criação do SPED facilitou as tarefas do profissional contábil pelo armazenamento e tratamento de informações geradas pela atividade, de acordo com Campos (2012). Com a implementação do SPED, a transposição da fase do papel para a transmissão digital permitiu maior velocidade de envio, segurança, compartilhamento e confiabilidade dos dados das empresas.

Arruda, Gomes e Santos (2011) enfatizam que o SPED surgiu para revolucionar o sistema de informação contábil, fazendo com que a informatização facilitasse a rotina do contador. O sistema tem como objetivo integrar fisco e contribuinte, pois a informatização das principais atividades contábeis gera melhor aproveitamento. Com isto, o profissional contábil deve estar atento às inovações, pois frequentemente surge a necessidade de mudanças no perfil profissional.

Na visão de Barp, Fortes e Sonaglio (2014), a função do contador passa a ser mais valorizada, tendo este o papel de consultor nas organizações com a implementação do SPED, que promoveu várias mudanças na legislação brasileira e, consequentemente, na profissão contábil. Isto leva o profissional a seguir as normas contábeis com mais exatidão, o que garante que as informações passadas ao fisco sejam mais precisas e corretas, sendo instrumento de auxílio na contabilidade gerencial de seus clientes, no controle e tomada de decisões.

Os Sistemas de Informações Contábeis e o próprio SPED desafiam os profissionais atuantes na área a se adequarem e agirem de forma satisfatória à exigência dos usuários das informações. Estes usuários, principalmente o governo, exigem adequação e postura ética para atingir os seus principais interesses: qualidade das informações prestadas pelas empresas a fim de garantir a transparência e veracidade do que é informado, investigando o correto recolhimento de tributos (COSTA; MELO, 2015).

Para Lima (2013), o profissional enfrenta uma constante mudança nas leis e normas tributárias. Já Sasso, Rosa e Barbosa (2011) descrevem que a atualização do profissional contábil em função do SPED não se trata de apenas observar os parâmetros e cumprir os prazos para entrega dos arquivos, pois a qualidade das informações prestadas é o mais importante.

Diante do exposto, Barp, Vieira e Martins (2014) relatam que se percebe a grande quantidade de informações que são geradas pelas empresas e, para isto, o contador deve estar atualizado, uma vez que o SPED exige muito de ambas as partes, trazendo a necessidade de maior controle interno dentro das organizações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo caracteriza-se, quanto à abordagem, como quantitativo; quanto aos objetivos, como descritivo; e, no que tange aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de levantamento.

Para a coleta de dados, a pesquisa de levantamento se deu por meio de questionário com dezessete questões fechadas, disponibilizado na plataforma Google Formulários® e adaptado dos trabalhos de Abrantes (2014) e Volpatto (2014), validado por três professores da área. O envio para os possíveis respondentes deste estudo ocorreu por meio de contato com um funcionário do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC/SC), que enviou um e-mail com o questionário para todos os profissionais registrados na entidade.

A aplicação deste questionário ocorreu por meio eletrônico (e-mail), no período entre 30 de setembro e 15 de outubro de 2016. Ressalta-se que neste período o questionário foi encaminhado no dia 30 de setembro e, uma semana depois (7 de outubro), foi novamente enviado aos possíveis respondentes para aumento no número de respostas. Como a última resposta recebida foi em 12 de outubro, decidiu-se encerrar o questionário em 15 de outubro de 2016.

Como população desta pesquisa foram considerados os 5.345 contadores registrados no CRC/SC em setembro de 2016. Destes obteve-se amostra de 251 respondentes, representando 4,70% da população pesquisada.

Os dados coletados foram tabulados diretamente na plataforma Google Formulários® e utilizou-se, como técnica de análise para os resultados, as distribuições de frequência absoluta relativa e médias, que são classificadas como pertencentes à estatística descritiva.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise foi dividida em três grupos de respostas, sendo o primeiro para identificar o perfil dos contadores, como a idade e tempo de atuação no mercado. O segundo identificou o perfil dos respondentes, como o tempo em que trabalha no escritório e o cargo que ocupa. O terceiro grupo apresentou qual o conhecimento dos entrevistados sobre o eSocial, verificando as perspectivas, o grau de conhecimento, o impacto que o eSocial está trazendo e os métodos mais utilizados para conhecer o projeto.

Desta forma, a Tabela 1 apresenta o gênero, idade e o tempo da atuação profissional dos respondentes.

Tabela 1: Gênero, idade e tempo de atuação profissional

Gênero		Idade	Tempo de atuação profissional
Feminino	47%	Média de 39 anos	Média de 16 anos
Masculino	53%		

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que a maioria dos entrevistados é do gênero masculino, com 53%; porém, destaca-se que a participação feminina, com 47%, já se mostra significativa, conforme se visualiza na Tabela 1. A idade média dos entrevistados é de 39 anos e a média de atuação no mercado, de 16 anos. Com isto, percebe-se que a média de idade da profissão é um pouco maior do que a encontrada por Martins, Lima e Silva (2015), de 37,5 anos. O tempo de atuação profissional verificado neste estudo é relativamente alto, se também comparado com os autores supracitados, que encontraram uma média de 11,1 anos, o que reflete que o profissional desta pesquisa já atua na profissão no momento em que ainda está cursando a graduação. Na Tabela 2 está apresentado o tipo de negócio atual dos respondentes.

Tabela 2: Negócio Atual

Negócio atual	Frequência	Percentual
Autônomo na prestação de serviços contábeis	14	5,5%
Empresas de prestação de serviços contábeis	128	51%
Consultoria relacionada à contabilidade	10	4%
Empresa (não contábil)	57	22,7%
Entidades sem fins lucrativos (fundação, Sindicato, ONG)	7	2,8%
Organização Pública (autarquia, órgão, fundação, agência, secretaria, etc.)	20	8%

Negócio atual	Frequência	Percentual
Instituição de ensino (professor)	7	2,8%
Outros	8	3,2%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Por meio da Tabela 2, pode-se identificar que a maioria (51%) dos respondentes atua em empresas de serviços contábeis, seguidos por 22,7% de profissionais que atuam em empresas de outros ramos fora da contabilidade. Ressalta-se que estes respondentes podem atuar no departamento contábil destas empresas que não possuem, por atividade-fim, a contabilidade. Levando-se em consideração somente estes dois percentuais, percebe-se que 73,7% atuam em empresas privadas. A Tabela 3 aponta qual é a formação profissional destes respondentes.

Tabela 3: Formação profissional

Formação Profissional	Frequência	Percentual
Graduação em Ciências Contábeis	124	49,4%
Especialização/MBA	108	43%
Mestrado	19	7,6%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se por meio da Tabela 3 que mais da metade dos respondentes (50,6%) possui Especialização ou Mestrado. Estes dados mostram que cada vez mais estes profissionais tendem a buscar aprimoramento para conseguir atender as demandas inerentes à profissão, uma vez que houve expansão de cursos de pós-graduação na área contábil (ANDERE; ARAÚJO, 2008). A Tabela 4 apresenta a área atual da contabilidade em que os respondentes atuam.

Tabela 4: Área da contabilidade em que o profissional atua

Qual área atual	Frequência	Percentual
Trabalhista (departamento pessoal)	27	10,8%
Consultoria	13	5,2%
Gerencial (contabilidade gerencial, de custos, orçamento, planejamento, etc.)	38	15,1%
Perícia	1	0,4%
Auditoria	6	2,4%
Docência no ensino superior	10	4%
Gestão financeira	6	2,4%
Setor contábil	66	26,3%
Setor fiscal	30	12%
Societário/Processos	6	2,4%
Contabilidade pública	18	7,2%
Planejamento tributário	2	0,8%
Outro	28	11%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 4 demonstra que quase a totalidade dos respondentes (88,98%) atua na área da contabilidade e apenas 11% trabalham em outra área. Com esta média, é possível dizer que a maioria dos contadores atua na área em que se formou, com fortes indícios de que o mercado de trabalho oferece um número razoável de oportunidades para quem escolhe esta profissão. A Tabela 5 apresenta informações em relação ao nível de conhecimento em informática dos profissionais.

Tabela 5: Nível de conhecimento em informática

Nível de conhecimento em informática	Frequência	Percentual
Básico	42	16,7%
Intermediário	157	62,6%
Avançado	52	20,7%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados exibem que 62,6% dos respondentes declararam-se usuários intermediários de informática, enquanto no grupo avançado de informática o percentual foi de 20,7%. Esta informação se torna relevante, uma vez que o eSocial é totalmente informatizado. Os profissionais, ao adquirirem conhecimentos em informática, tendem a possuir menor dificuldade no entendimento da sistemática para transmissão das informações aos órgãos fiscalizadores. O percentual referente ao conhecimento do eSocial dos respondentes está representado na Tabela 6.

Tabela 6: Quando o profissional tomou conhecimento do eSocial

Conhecimento do eSocial	Frequência	Percentual
Não sei do que se trata	4	1,6%
1 mês ou menos	3	1,1%
Mais de 1 mês até 6 meses	11	4,4%
Mais de 6 meses até 1 ano	20	8%
Mais de 1 ano até 2 anos	65	25,9%
Mais de 2 anos	148	59%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos entrevistados (59%) afirma que conhece o eSocial há mais de dois anos, e somente 1,6% deles declarou não saber do que se trata. Desta forma, é notável a importância dada pela classe contábil à busca por conhecimento e melhoria de seu entendimento com relação ao eSocial, uma vez que a contabilidade inevitavelmente é uma das ciências mais atingidas por esta obrigação. A preocupação por parte dos profissionais também pode estar relacionada à proximidade da obrigatoriedade de entrega da declaração, já que pode acarretar multas para as empresas que deixarem de cumprir a obrigação acessória. Este resultado discorda do encontrado por Abrantes (2014), que foi de mais de 6 meses até 1 ano e corrobora o achado de Volpato (2014).

Em outro momento, os respondentes foram questionados sobre as quantidades de eventos, palestras, cursos ou seminários que participaram do projeto eSocial, como se apresenta na Tabela 7.

Tabela 7: Eventos, palestras, cursos ou seminários de que você já participou sobre o eSocial

Eventos, Palestras, Cursos ou Seminários	Frequência	Percentual
Nenhum	70	27,9%
1 apenas	48	19,1%
De 2 a 4 cursos	103	41%

Eventos, Palestras, Cursos ou Seminários	Frequência	Percentual
De 5 a 7 cursos	21	8,4%
De 8 a 11 cursos	4	1,6%
Mais de 12 cursos	5	2%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Ainda com relação ao conhecimento sobre o eSocial, observou-se que a maioria dos profissionais está buscando aperfeiçoamento deste instrumento, uma vez que, com o eSocial, há necessidade de maior preparo e qualificação. Constatou-se que 72,1% destes já participaram de cursos sobre o eSocial e 27,9% não participaram de nenhum curso. É importante lembrar que este percentual de profissionais que não participaram de nenhum curso relacionado ao tema é preocupante, haja vista a proximidade da obrigatoriedade da entrega e também da grandeza do projeto. Por meio do conhecimento, o profissional fica apto a atender as obrigações, tornando-se cada vez mais capacitado para o futuro. Mesmo assim, percebe-se que o percentual de profissionais que não participaram de nenhum curso reduziu bastante, visto que Abrantes (2014) identificou 63,63%.

Os respondentes foram questionados sobre o número de horas dedicadas à participação em eventos, palestras, cursos, treinamentos e seminários sobre o eSocial, e as respostas estão apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8: Carga horária de todos os eventos, palestras, cursos, treinamentos e seminários sobre o eSocial

Carga horária	Frequência	Percentual
0	69	27,5%
De 1 a 10 horas	94	37,5%
De 11 a 20 horas	37	14,7%
De 21 a 30 horas	25	10%
De 31 a 40 horas	20	8%
Mais de 50 horas	6	2,3%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 8 apresenta que a maioria dos profissionais entrevistados está participando dos eventos, palestras, cursos e treinamentos sobre o eSocial, porém há necessidade de maior preparo e qualificação. Dos profissionais pesquisados 37,5% informaram ter participado de 1 a 10 horas e 37% já participaram de mais de 11 horas em cursos sobre o tema. Assim, conforme a Tabela 7, o percentual de 27,5% de respondentes que não cursaram nenhuma hora de atividade sobre o eSocial é preocupante, já que a capacitação é essencial para o preenchimento correto das informações. Estes resultados discordam do que foi encontrado por Abrantes (2014), sendo 100% dos que fizeram algum curso com carga horária de até 10 horas e de Volpato (2014), na qual todos os respondentes fizeram no mínimo três horas de cursos. Por outro lado, este achado se aproxima do encontrado por Oliveira e Ávila (2016), em que 21% dos respondentes não fizeram nenhuma hora de curso.

Na sequência, a Tabela 9 apresenta como os respondentes se sentem em relação ao eSocial.

Tabela 9: Informações sobre o eSocial

Informações sobre o eSocial	Frequência	Percentual
Não estou preparado	103	41%
Preparado para planejar as mudanças necessárias	75	30%
Preparado para executar as mudanças necessárias	36	14,3%
Preparado para aplicar aos diretores e empresários os impactos do eSocial	37	14,7%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Na percepção de 41% dos respondentes verifica-se que estes não se sentem preparados para utilizar o eSocial, o que é um resultado preocupante, pois está previsto que o sistema estará em funcionamento em 2018. Estes entrevistados deverão se adequar o quanto antes para esse abrangente projeto, o que implica a mudança de paradigmas não só por parte do profissional contábil, como também da empresa como um todo. Este resultado corrobora o encontrado por Abrantes (2014), Volpato (2014), Silva et al. (2016) e Oliveira e Ávila (2016).

A Tabela 10 aponta quais os meios que os respondentes utilizam para obter informações sobre o eSocial.

Tabela 10: Meios que você utiliza para obter informações sobre o eSocial

Meios para obter informações sobre o eSocial	Frequência	Percentual
Internet	133	53%
Participação em palestras/treinamentos	80	31,8%
Consultorias	24	9,6%
Revistas/Periódicos	6	2,4%
Outros	8	3,2%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados mostram que 53% utilizam a internet por ser um meio moderno, fácil e barato para obter conhecimentos mediante artigos publicados, vídeos de aula, entre outros. Já 2,4% informaram que as revistas e periódicos são o meio menos utilizado, talvez por não existirem muitas revistas que tratam do assunto, indo ao encontro dos achados de Abrantes (2014) e Oliveira e Ávila (2016), sendo a internet o meio mais utilizado para obter informações sobre o tema.

A Tabela 11 apresenta o valor de investimento das empresas para adequação ao eSocial.

Tabela 11: Investimento das organizações para se adequar ao eSocial

Investimento	Nada	Até R\$ 2 mil	2 mil a 5 mil	5 mil a 10 mil	Acima 10 mil
Capacitação	21,1%	59,4%	13,5%	3,2%	2,8%
Tecnologia da Informação	39,8%	34,7%	14,3%	4%	7,2%
Consultorias	42,6%	41,8%	8,4%	3,6%	3,6%

Fonte: Dados da Pesquisa

Com relação à capacitação dos empregados, a maioria dos respondentes (59,4%) afirma que foi investido o valor de até dois mil reais. Já em tecnologia da informação e em consultorias, o maior número de respondentes não gastou nada (39,8% e 42,6%). Diante disto, é interessante que as organizações promovam cursos de preparação gratuitamente, pois com esta atitude todos estariam mais bem preparados quando do início da obrigatoriedade. Estes resultados discordam do encontrado por Volpato (2014), em que a maioria dos respondentes também declarou ter investido até dois mil reais em tecnologia da informação e em consultorias. Falando-se em capacitação, o resultado também difere do encontrado por Oliveira e Ávila (2016), em que, na grande maioria, os respondentes afirmaram não ter nenhum gasto em capacitação.

A Tabela 12 apresenta qual a maior dificuldade para adequação ao eSocial por parte das organizações.

Tabela 12: Maior dificuldade para adequação ao eSocial por parte das organizações

Dificuldade para adequação ao eSocial	Frequência	Percentual
Não há dificuldade nenhuma	8	3,2%
Sensibilizar os gestores e empresários	100	39,8%
Adequar os procedimentos e processos internos	67	26,7%
Cumprir prazos	13	5,2%

Dificuldade para adequação ao eSocial	Frequência	Percentual
Adequar o sistema da organização	29	11,6%
Cumprir a legislação em vigor	25	10%
Outros	9	3,5%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados apontam que 39,8% dos respondentes sentem dificuldade de sensibilizar os gestores e empresários sobre o eSocial, enquanto 26,7% afirmam ter problemas em adequar os procedimentos e processos internos. Diante destes percentuais, fica ainda mais evidente que deve haver uma mudança na forma como os profissionais atuam no dia a dia das empresas, estando mais abertos às mudanças. Este achado corrobora com Abrantes (2014), que também identificou como maior dificuldade a sensibilização de gestores e empresários.

A Tabela 13 apresenta qual a opinião dos respondentes, após a implantação do eSocial.

Tabela 13: Alterações após a implantação do eSocial

Alterações	Grande redução	Pequena redução	Nem redução e nem aumento	Pequeno aumento	Grande aumento
Burocracia	13,5%	30,3%	14,7%	13,5%	28%
Cumprimento dos direitos trabalhistas	6,4%	9,6%	25%	22,7%	36,3%
Arrecadação de tributos	4,8%	6,4%	33,5%	23,1%	32,2%

Fonte: Dados da Pesquisa

Os profissionais acreditam que, com a implantação do eSocial, haverá uma pequena redução da burocracia (30,3%), grande aumento do cumprimento dos direitos trabalhistas (36,3%) e nem redução e nem aumento da arrecadação de tributos (33,5%). Os achados corroboram com Volpatto (2014) quando se trata do cumprimento dos direitos trabalhistas, mas discordam em relação à burocracia (grande aumento) e arrecadação de tributos (grande aumento). Ressalta-se que o resultado encontrado referente à burocracia corrobora o achado por Silva et al. (2016). Quanto à arrecadação de tributos, vai ao encontro do constatado por Jordão et al. (2015).

Com estas informações, percebe-se por parte dos profissionais uma visão positiva acerca desta nova obrigação acessória, ao reduzir a burocracia e aumentar consideravelmente o cumprimento dos direitos trabalhistas dos empregados. A Tabela 14 apresenta a economia anual em decorrência da implantação do eSocial.

Tabela 14: Economia anual em decorrência da implantação do eSocial

Economia	Nada	Até R\$ 2 mil	2 mil a 5 mil	5 mil a 10 mil	Acima 10 mil
Na substituição dos procedimentos atuais (GFIP, CAGED, RAIS, DIRF, etc.)	62,9%	27,1%	7,6%	0,8%	1,6%
Na redução de processos trabalhistas (na Justiça)	66,1%	16,2%	7,2%	2,4%	8,1%
Na tecnologia da informação	72,5%	17,9%	5,2%	2,4%	2%
Em redução do pessoal	80,9%	11,6%	4%	0,8%	2,7%

Fonte: Dados da Pesquisa

Em todos os itens respondidos a maioria dos profissionais acredita que não haverá economia nos processos de substituição dos procedimentos atuais (62,9%), redução de processos trabalhistas (66,1%), tecnologia da informação (72,5%) e redução de pessoal (80,9%). Todos estes resultados corroboram os encontrados por Volpatto (2014).

A Tabela 15 apresenta quem os respondentes acham que será o maior beneficiado com a implantação do eSocial.

Tabela 15: Maiores beneficiados com a implantação do eSocial

Beneficiados com a implantação do eSocial	Frequência	Percentual
Governo	168	66,9%
Empregados	48	19,1%
Empresa de Software	7	2,8%
Empregadores	8	3,2%
Contadores	7	2,8%
Sindicatos	1	0,4%
Outros	12	4,8%
TOTAL	251	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação aos beneficiários com a implantação do eSocial a maioria, 66,9%, afirma que será o governo o maior beneficiado, seguida por 19,1% que acreditam que os mais beneficiados serão os empregados. Ressalta-se que os profissionais que responderam o governo como o mais beneficiado pensaram no cruzamento de dados que este projeto possibilitará ao ente fiscalizador. Este achado também corrobora a pesquisa de Volpato (2014).

Vinculando de maneira geral os resultados alcançados ao arcabouço teórico apresentado, esta pesquisa vai ao encontro da de Cruz et al. (2013), que constataram como a maior dificuldade na implantação do projeto a falta de informação. Este estudo também corrobora o de Souza et al. (2014), que apresentaram uma incerteza quanto à implantação do eSocial, por se tratar de projeto inovador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo geral analisar as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. Os respondentes demonstraram conhecimento sobre o tema, no entanto, não estão preparados para esta nova obrigação, pois afirmam que consideram muito relevantes as dificuldades para adequação ao eSocial, por parte de sensibilizar os gestores e empresários, além da adequação dos procedimentos e processos internos da organização.

De acordo com os dados encontrados nas respostas do questionário aplicado foi possível concluir que, além de os contadores registrados no CRC/SC não estarem totalmente preparados para esta nova obrigação, pretendem investir em capacitação, tecnologia da informação e consultorias. Além disto, os profissionais acreditam que, com a implantação do eSocial, haverá uma pequena redução da burocracia, um grande aumento do cumprimento dos direitos trabalhistas e, por outro lado, não haverá nem redução e nem aumento da arrecadação de tributos.

Neste contexto, as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial não são positivas, uma vez que, como os próprios respondentes afirmaram, não estão preparados para a mudança. Além disto, a maioria dos contadores acredita que o maior beneficiado com a implantação do eSocial será o governo. Entretanto, esta é uma obrigação que está quase em funcionamento e todas as empresas estão sujeitas a ela. Sendo assim, o profissional contábil deve se capacitar ao máximo para prestar as informações de maneira correta e, assim, evitar problemas para a organização à qual esteja vinculado.

O estudo apresenta, como fator limitante, sua amostra, que representa somente 4,70% da população pesquisada. Além disto, ressalta-se a escassez de estudos publicados sobre o tema, por este ainda ser assunto considerado recente, dificultando a comparabilidade dos resultados encontrados nesta pesquisa.

Sugere-se, para trabalhos futuros, que esta pesquisa seja replicada em outros estados para tornar possível a comparação de resultados. Ainda, recomenda-se que, após a implantação do eSocial, seja feita nova pesquisa no intuito de descobrir se as perspectivas dos profissionais, de fato, se concretizaram.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, D. S. *EFD-Social: As empresas atacadistas de alimentos de Campina Grande estão realmente preparadas para essa nova obrigatoriedade?* 2014. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.
- ANDERE, M. A.; ARAÚJO, A. M. P. Aspectos da formação do professor de ensino superior de Ciências Contábeis: Uma análise dos programas de pós-graduação. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 19, n. 48, pp. 91-102, 2008.
- ARAÚJO, F. B. *A percepção dos contabilistas de Campina Grande-PB acerca da EFD-Social*. 2016. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.
- ARRUDA, D. C. S.; GOMES, É. Z.; SANTOS, C. A. *Uma análise da percepção dos profissionais da área de Contabilidade do município de Corumbá-MS sobre o SPED*. 2011. 13f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – UFMS/CPAN, Mato Grosso do Sul, 2011.
- BARP, A. D.; FORTES, M. M. S.; SONAGLIO, D. Implementation Public Digital Bookkeeping System-Sped: Changes in Everyday

Perception of Accounting Professionals. In: CONTECSI – INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT, 11, 2014. São Paulo/SP. *Anais...* São Paulo: USP, 2014.

BARP, A. D.; VIEIRA, A. T.; MARTINS, Z. B. SPED – Public System of Digital Bookkeeping: Adaptations for use and implementation by accounting professionals. In: CONTECSI – INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT, 11, 2014, São Paulo/SP. *Anais...* São Paulo: USP, 2014.

BORGES, C. F.; SOARES, A. B.; MARTINS, V. F. Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: Desafios e Benefícios para os Profissionais Contábeis do Município de Uberlândia. *Linkania Revista Científica*, n. 7, v. 1, pp. 106-133, 2013.

BUGARIM, M. C. C.; OLIVEIRA, O. V. de. A Evolução da Contabilidade no Brasil: Legislações, órgãos de Fiscalização, Instituições de Ensino e Profissão. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 11, 2014, Resende/RJ. *Anais...* Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2014.

CAMPOS, S. J. D. B. *Competências necessárias à implementação eficaz do SPED: Percepção dos operadores da Contabilidade do RN*. 2012. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, Natal, 2012.

CARDOSO, A. C. F. A implantação do SPED Contribuições sob a percepção de seus usuários. *Revista de Contabilidade da FA7* v. 1, n. 1, pp. 1-15, 2016.

CARDOSO, R. P. O *Perfil do profissional da área de contabilidade com o avanço da tecnologia*. 2012. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CORDEIRO, A. *Institucionalização de Hábitos e Rotinas com a Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): Um Estudo em Organizações de Serviços Contábeis*. 2012. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2012.

COSTA, A. J. D.; SANTOS, C. L.; TANNUS FILHO, E. J.; SOARES, M. C. P.; RIBEIRO, R. S. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): A nova tecnologia de informação da área contábil e fiscal. *ETIC* v. 6, n. 6, pp. 1-21, 2010.

COSTA, G. A.; MELO, M. A. Ética Profissional: Um Desafio para o Contador na Era Digital. *Revista Cogitatem*, v. 1, n. 1, pp. 1-19, 2015.

CRUZ, E. R. A.; CRUZ, J. B.; ALMEIDA, F. M. M.; VIEIRA, A. R. S.; VALÉRIO, J. C. Impactos sobre os Profissionais de Contabilidade e Empresários com Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital EFD Pis/Cofins Iúna/ES. In: SEGET SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 10, 2013. Resende (RJ). *Anais...* Rio de Janeiro: AEDB, 2013.

DUARTE, R. D. eSocial: Mais arrecadação; menos burocracia? *Revista Contabilidade & Gestão*, v. 1, n. 7, pp. 9-11, 2013.

JORDÃO, R. V. D.; SILVA, M. S.; BRASIL, H. G.; VASCONCELOS, R. L. Um caleidoscópio de perspectivas sobre o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 12, n. 26, pp. 119-140, 2015.

LIMA, M. F. D. *Um estudo sobre o impacto causado aos contadores de Carazinho após a EFD-Contribuições*. 2013. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Passo Fundo, Carazinho, 2013.

LIZOTE, S. A.; MARIOT, D. M. A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações. *Revista de Gestão e Tecnologia*, v. 2, n. 2, pp. 17-25, 2012.

MARTINS, M. F. O. Um Passeio na Contabilidade, da Pré-História ao Novo Milênio. *Revista Adcontar*, v. 2, n. 1, pp. 7-10, 2001.

MARTINS, O. S.; LIMA, D. V.; SILVA, J. D. G. *Frame dependence* no comportamento do profissional contábil face à adoção dos novos padrões contábeis internacionais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 34, n. 2, pp. 51-69, 2015.

OLIVEIRA, D. R.; ÁVILA, L. A. C. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Um estudo do nível de qualificação dos profissionais contábeis em uma cidade do estado de Minas Gerais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 21, n. 1, pp. 57-69, 2016.

PIRES, A. D. S. *A percepção dos contabilistas do município de Florianópolis, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital*. 2010. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

REICHERT, N. S. *Implantação do EFD Social para os Profissionais de Escritório de Contabilidade*. 2015. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Regional Unijui, Unijui, 2015.

REIS, A. J.; SILVA, S. L. A história da contabilidade no Brasil. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica*, v. 11, n. 1, p. 1-13, 2007.

RIBEIRO, R. D. S. *E-social – As inovações nas rotinas do departamento de pessoal nas empresas e os seus impactos*. 2015. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

RUSCHEL, M. E.; FREZZA, R.; UTZIG, M. J. S. O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectiva do profissional contábil. *Revista Catarinense de Ciências Contábeis – CRCSC*, v. 10, n. 29, pp. 9-26, 2011.

SASSO, A.; ROSA, I. C.; BARBOSA, A. O SPED e seus Reflexos na Profissão Contábil. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 6, 2011, Campo Mourão (PR). *Anais...* Campo Mourão: EPCT, 2011.

SILVA, C. M.; SILVA, A. C. L. V.; SILVA, D. M. I.; BARBOSA, C. A. M.; SILVA, N. C. M. Intuição sobre o nível de preparo das empresas mineiras para o cumprimento do eSocial. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, v. 4, n. 16, pp. 140-159, 2016.

SOUZA, F. L. D. *As mudanças nas organizações contábeis por reflexo do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED*. 2013. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

SOUZA, J. C.; PACHECO, M. T. M.; PEGORINI, M. A.; GUASSELLI, I. G. G.; PANOSSO, O. Análise dos Desafios e Benefícios da Escrituração Fiscal Digital Social (EFD Social): Na Visão do Empresário ou do seu Responsável Técnico Contábil e de Recursos Humanos dos Associados da ABPM e AGAPOMI. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 14, 2014, Caxias do Sul (RS). *Anais...* Caxias do Sul: UFCS, 2014.

VASSOLER, H. D. *O sistema de escrituração fiscal digital das obrigações fiscais previdenciárias e trabalhistas – eSocial*. 2015. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015.

VELLUCCI, R. G. *Os desafios da implantação do eSocial e seus reflexos nas rotinas das organizações*. 2017. 134f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Gestão e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

VOLPATTO, E. *Preparativos para implementação do eSocial: Um estudo nos Escritórios Contábeis de Passo Fundo*. 2014. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.